



DE 3 A 7 DE SETEMBRO DE 2018 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 148/XIII](#)

Aprova a primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território

Autoria: Governo

[Proposta de Lei 147/XIII](#)

Aprova o Estatuto do Ministério Público

Autoria: Governo

[Proposta de Lei 146/XIII](#)

Altera o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto

Autoria: Governo

 **ENERGIA**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2018 - Diário da República n.º 172/2018, Série I de 2018-09-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza as entidades adjudicantes a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de eletricidade em regime de mercado livre, através da abertura do respetivo procedimento aquisitivo pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2018 - Diário da República n.º 172/2018, Série I de 2018-09-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza as entidades adjudicantes a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de gás natural em regime de mercado livre, através da abertura do respetivo procedimento aquisitivo pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.

[Portaria n.º 246/2018 - Diário da República n.º 169/2018, Série I de 2018-09-03](#)

Economia

Determina a consulta obrigatória da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) no âmbito dos procedimentos de autorização do sobre-equipamento de parques eólicos, e define critérios de decisão a adotar, procedendo à primeira alteração da Portaria n.º 102/2015, de 7 de abril

 **FINANCEIRO**

[Declaração de Retificação n.º 31/2018 - Diário da República n.º 173/2018, Série I de 2018-09-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o Decreto-Lei n.º 56/2018, de 9 de julho, das Finanças, que altera o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, o Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado e as medidas de dinamização do mercado de capitais, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 130, de 9 de julho de 2018

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

BANCO DE PORTUGAL

[Banco de Portugal promove conferência sobre os desafios da supervisão comportamental](#)

[Taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 4.º trimestre de 2018](#)

[Banco de Portugal define os serviços a incluir no Comparador de Comissões](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores mensais do mercado de capitais português – agosto de 2018](#)



IMOBILIÁRIO E OBRAS PÚBLICAS

[Decreto Regulamentar n.º 8/2018 - Diário da República n.º 170/2018, Série I de 2018-09-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Conselho Superior de Obras Públicas



SAÚDE

[Portaria n.º 254/2018 - Diário da República n.º 173/2018, Série I de 2018-09-07](#)

Saúde

Altera a Portaria n.º 207/2017, de 11 de julho, que aprova os Regulamentos e as Tabelas de Preços das Instituições e Serviços Integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS), procede à regulamentação do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), que passa a integrar o Sistema Integrado de Gestão do Acesso ao SNS (SIGA SNS), e define os preços e as condições em que se pode efetuar a remuneração da produção adicional realizada pelas equipas

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[ANACOM divulga Relatório de Regulação, Supervisão e Outras Atividades](#)

A ANACOM prosseguiu em 2017 uma vasta atividade nos seus vários domínios de atuação. O resumo das principais atividades consta do Relatório de Regulação, Supervisão e Outras Atividades.

[Relatório "Evolução dos preços das telecomunicações" - julho de 2018](#)

ANACOM disponibiliza informação sobre a evolução dos preços das telecomunicações em julho de 2018.

 **TRANSPORTES**

[Decreto-Lei n.º 71/2018 - Diário da República n.º 171/2018, Série I de 2018-09-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede ao ajustamento das classes 1 e 2 de veículos para efeitos de aplicação das tarifas de portagem por quilómetro de autoestrada

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

1. Foi aprovado o decreto-lei que altera o atual Regime de Contrato Especial para prestação de serviço militar.

Esta alteração visa tornar o Regime de Contrato Especial (RCE) num instrumento flexível e adequado para fazer face às necessidades de recrutamento e gestão dos recursos humanos das Forças Armadas. Como tal, não se define a priori classes, armas, serviços ou especialidades específicas, não se restringindo também a sua utilização a uma categoria.

2. Foi aprovado, por decreto-lei, o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Diferentes Regimes de Contrato e no Regime de Voluntariado.

3. Foi aprovado o decreto-lei que altera a regulamentação aplicável ao Regime Público de Capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice.

4. Foi aprovado o decreto-lei que simplifica o preenchimento dos anexos A e I da Informação Empresarial Simplificada (IES).

Dando continuidade ao processo de simplificação iniciado em 2006 e que conduziu à criação da IES, pretende-se agora agilizar o preenchimento dos Anexos A e I desta declaração, relativos aos elementos contabilísticos das empresas. Tal será conseguido, em parte, pelo pré-preenchimento dos referidos anexos com dados extraídos do ficheiro normalizado de auditoria tributária, relativo à contabilidade e, ainda, pela eliminação de quadros e campos dos anteriores formulários nos casos em que a informação possa ser obtida através do referido ficheiro.

Facilita-se não só a submissão da declaração por parte dos sujeitos passivos obrigados à sua entrega, mas também o acesso aos registos contabilísticos das empresas por parte das entidades a quem a informação deve ser legalmente prestada.

5. Foi aprovado, na generalidade, o decreto-lei que institui um regime especial de determinação de matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, um regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e um registo simplificado de navios e embarcações.

6. Foi aprovado, na generalidade, o decreto-lei que regula o exercício da pesca marítima comercial, visando assegurar a conservação e a exploração sustentável dos recursos biológicos, e estabelece o regime jurídico aplicável à autorização, registo e licenciamento dos navios ou embarcações utilizados na atividade profissional da pesca.

7. Foi aprovado, na generalidade, o decreto-lei que estabelece o novo Regime Jurídico da Náutica de Recreio.

8. Foi aprovada a proposta de lei que altera o regime jurídico das armas e suas munições.

9. Foi aprovada, para apresentação à Assembleia da República, uma proposta de resolução relativa a Emendas à Convenção da Organização Internacional de Comunicações Móveis Via Satélite (IMSO), adotadas pela 20.ª Assembleia da IMSO, realizada em Malta em 2 de outubro de 2008.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

Retificação da Diretiva (UE) 2017/2455 do Conselho, de 5 de dezembro de 2017, que altera a Diretiva 2006/112/CE e a Diretiva 2009/132/CE no que diz respeito a determinadas obrigações relativas ao imposto sobre o valor acrescentado para as prestações de serviços e as vendas à distância de bens (*JO L 125 de 22.5.2018*)

Retificação da Diretiva (UE) 2017/2455 do Conselho, de 5 de dezembro de 2017, que altera a Diretiva 2006/112/CE e a Diretiva 2009/132/CE no que diz respeito a determinadas obrigações relativas ao imposto sobre o valor acrescentado para as prestações de serviços e as vendas à distância de bens (*JO L 348 de 29.12.2017*)

Decisão (UE) 2018/1215 do Conselho, de 16 de julho de 2018, relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros

Regulamento de Execução (UE) 2018/1212 da Comissão, de 3 de setembro de 2018, que estabelece requisitos mínimos para a aplicação das disposições da Diretiva 2007/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à identificação dos acionistas, à transmissão de informações e à facilitação do exercício de direitos dos acionistas

COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Iniciativas de cidadania europeia: Comissão regista a iniciativa intitulada «Acabar com as gaiolas» \(End the Cage Age\)](#)

[Fluxos internacionais de dados: Comissão lança o procedimento de adoção da sua decisão de adequação sobre o Japão](#)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Melhor Sociedade de Advogados
no Serviço ao Cliente
Chambers European Awards 2018

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2017-2015, 2011-2006
The Lawyer European Awards 2015, 2012
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados
mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017-2011